BOLETIM INFORMATIVO DO NPSC2



Fique por dentro do que acontece na conciliação na 2ª região.

Edição nº 003/2021 de 31 de maio de 2021

NPSC2 INCENTIVA A CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

A Escola de Mediação/Conciliação do núcleo surgiu para promover a capacitação, treinamento e atualização permanente de magistrados, servidores, conciliadores e mediadores nos métodos consensuais de solução de conflitos.

Enquanto a Escola trabalha na elaboração do seu primeiro curso totalmente independente, investe na formação de seus servidores. Para tanto, dois servidores do Núcleo estão realizando o Curso de Formação de Conciliadores, parte teórica, oferecido pelo Conselho da Justiça Federal. Outros dois servidores estão inscritos no Curso de Tutoria em Mediação, oferecido pelo Conselho Nacional de Justiça. O próprio NPSC2 garantirá a realização do estágio probatório, necessário para a certificação.

Formação de Conciliadores – Turma 1/2021, do CJF

Esse curso iniciou no dia 11/05 com a parte teórica e a ação educacional será realizada na modalidade a distância pelo Conselho da Justiça Federal.

O objetivo do curso é desenvolver competências para a adequada utilização do método consensual no intuito de que possam empregar adequadamente o método consensual de solução de conflitos, em especial a conciliação, no âmbito da Justiça Federal, com vistas à pacificação social e ao amplo acesso à justiça. A proposta metodológica está focada na integração e colaboração entre os participantes, com a finalidade de oferecer o aprimoramento de seus conhecimentos e consequente melhoria de atuação prática, na prestação dos serviços aos jurisdicionados. Mais informações consulte https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/eventos/ead-1/concilia-t1-a-2-2021

Formação de Tutores em Mediação Judicial por EAD, do CNJ

Este curso, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, tem por objetivo formar tutores para atuarem nos cursos de formação de mediadores e conciliadores desenvolvidos nos termos da Resolução 125/2010 do CNJ, planejando, promovendo e mediando atividades orientadas para o desenvolvimento de competências profissionais e atendendo às especificidades, diretrizes e pressupostos da formação para a mediação e a conciliação. Com carga horária de 40 horas, possui os conteúdos de Ensino a distância na formação de mediadores e conciliadores; as características da formação de mediadores e conciliadores; planejamento de ensino e avaliação à distância; e ferramentas da interatividade e da construção colaborativa do conhecimento.

Assim, como não poderia deixar de ser, o NPSC2 estimula a capacitação dos servidores, o que considera fundamental para a eficácia dos métodos consensuais de solução de conflitos na 2ª Região.

NPSC2 OFERECE VAGAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA CON-CILIADORES E MEDIADORES EM FORMAÇÃO

Além de se preparar para o seu primeiro curso de Conciliação/Mediação, o Núcleo oferece vagas para Estágio Supervisionado. O estágio constitui-se etapa indispensável à formação do futuro conciliador e/ou mediador e deve ter de 60 a 100 horas,

segundo a Resolução CNJ n°125/2010 — Anexo I, item 1.3. O concluinte do módulo teórico que optar por cumprir esta etapa no NPSC2 contará com o qualificado acompanhamento de conciliadores experientes.

CONCILIAÇÃO SEM BARREIRAS -TECNOLOGIA ASSISTIVA NA CONCILIAÇÃO

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Baixada Fluminense, coordenado pelo Juiz Federal Washington Juarez de Brito Filho, deu início ao projeto CONCILIAÇÃO SEM BARREIRAS - TECNOLOGIA ASSISTIVA NA CONCILIAÇÃO - CATEGORIA: DEFICIÊNCIA AUDITIVA, cujo objetivo é promover a participação do jurisdicionado com deficiência auditiva nas audiências virtuais de conciliação, visando sua autonomia, inclusão social e a eliminação de barreiras tecnológicas. O projeto está em fase de avaliação pela Coordenadoria de Projetos Institucionais da Subsecretaria de Gestão Estratégica (SGE).

Trata-se de um projeto de cidadania e tem como objetivo a disseminação dos conhecimentos adquiridos, durante a realização das audiências virtuais de conciliação, sobre o uso de Tecnologia Assistiva (TA), que diz respeito à pesquisa, fabricação e uso de equipamentos, recursos ou estratégias para potencializar as habilidades funcionais das pessoas com deficiência.

Serão apresentados, por meio de uma cartilha, os conceitos de acessibilidade e TA, além de orientações e dicas sobre como se comunicar com o jurisdicionado com deficiência auditiva. Também serão produzidos dois guias que demonstrarão a forma correta de utilização dos recursos de TA do serviço de conferência remota ZOOM, especificamente a "janela de intérpretes" e o recurso "transcrição ao vivo", que foi adaptado a fim de possibilitar a exibição de legendas no idioma português.

Tal adaptação foi homologada e registrada no Portfólio de Demandas da Subsecretaria de Tecnologia da Informação (STI) sob o número 562 e consiste na integração da ferramenta gratuita Web Captioner – cuja

BOLETIM INFORMATIVO DO NPSC2



Fique por dentro do que acontece na conciliação na 2ª região.

Edição nº 003/2021 de 31 de maio de 2021

função é o reconhecimento de voz e exibição de uma transcrição em tempo real no idioma escolhido — ao recurso "transcrição ao vivo" do ZOOM, por meio de uma chave de API (API TOKEN, que fornece credenciais para a comunicação e uso das funcionalidades dos sistemas). As orientações da cartilha - assim como as instruções contidas nos guias - poderão ser utilizadas por outras unidades da Justiça Federal, por exemplo, no Balcão Virtual das Varas e no atendimento online das Seções de Atendimento aos Jurisdicionados e Cidadania (SEAJUs).

Programa Interfaces Cidadãs do TRF2 cria podcasts para divulgar conteúdos

A partir de hoje já se encontram com livre acesso todos os áudios dos encontros promovidos pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) no âmbito do Programa Interfaces Cidadãs.

O Programa, que é fruto de uma parceira do Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal (CAIJF) com as secretarias de assistência social de 10 municípios da Baixada Fluminense, tem por objetivo capacitar profissionais que atuam com proteção social, seguridade social e atenção primária em saúde na temática Justiça e Cidadania.

Os municípios que participam desse módulo do Programa Interfaces Cidadãs são: Itaguaí, Queimados, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Mesquita, Magé, Paracambi, Duque de Caxias, Japeri e Nilópolis.

O CAIJF está vinculado à estrutura do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos do TRF2 e é coordenado pelo Juiz Federal Vladimir Vitovsky,

titular da 9ª Vara Federal de Execuções Fiscais da capital fluminense e que também preside a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (COCDH) do TRF2, criada pela Portaria TRF2-PTP-2019/00725.

Dr. Vladimir Vitovsky lembra que a ideia de disponibilizar na internet os conteúdos abordados nos encontros surgiu da percepção de que havia uma recorrência de relatos dos participantes do Programa Interfaces Cidadãs, no sentido de que perdiam partes ou palestras inteiras por problemas locais de acesso à internet.

O magistrado destaca que quando programas similares ao Interfaces aconteciam, antes da pandemia, sempre no modo presencial, esse recurso de disponibilização de materiais virtuais não era tão facilitado à época, "o modo de realização de palestras por plataformas de videoconferências veio então viabilizar e difundir a gravação de conteúdos abordados nessa modalida-





Podcasts do Programa Interfaces Cidadãs pelo smartphone e pelo computador

de de interações". Mencionou ainda que "se por um lado a pandemia de Covid está provocando tristes consequências do ponto de vista da saúde e da preservação da vida e, também, preocupantes resultados no tocante à questão social e econômica, por outro lado, estamos passando no país por uma grande mudança de paradigmas na relação com o mundo digital."

O uso da plataforma gratuita Anchor, para produção e publicação dos podcasts, surgiu a partir de contatos da Assessoria de Comunicação do TRF2 com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que já vinha fazendo publicações em podcasts nessa plataforma para divulgar as palestras da Escola de Magistratura daquela Região. Para acessar os conteúdos em áudio do Programa Interfaces Cidadãs basta clicar na aba disponível no espaço "Justiça Itinerante", no portal TRF2.

Ouçam os podcasts:

https://anchor.fm/justica-itinerante-trf2

BOLETIM INFORMATIVO DO NPSC2



Fique por dentro do que acontece na conciliação na 2ª região.

Edição nº 003/2021 de 31 de maio de 2021



o espaço_conciliar no Instagram

O NPSC2 - Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região, órgão do TRF da 2ª Região, é responsável pelo planejamento de métodos não adversariais de solução de conflitos nas demandas entre cidadãos e entes públicos e também pelo desenvolvimento de atividades voltadas à informação sobre direitos e desenvolvimento da cidadania plena.

Tem por missão promover a cultura da paz social, procedendo de acordo com os parâmetros da Resolução nº 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça — CNJ. Além do

NPSC2, o TRF2 atua, diariamente, através de seus órgãos de execução: o CESOL-RJ, CESCON-ES, CESOL BAIXADA, CESGRANDE, CESUL e CESNITA.

#trf2 #conciliação #jrfj #jfes #cnj #justiçafederal #judiciário #audiencia #2021 #anodaconciliação #metas2021

https://www.instagram.com/p/CKgpPN-Lhip_/?igshid=2pvk15j0fwnk



Produção:

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região

Desembargador Federal Ferreira Neves Juíza Federal Convocada em Auxílio Aline Alves de Melo Miranda Araújo Danielle Cruz Freire de Carvalho Alexandre Marques Corrêa Aline Silva Cunha Marcelo Souza Peralta e Cunha Mery Luci Melo Di'Maria Patrícia Leal El-Amir Bittencourt Rachel Salette de Oliveira Cavalcante Rodrigo Dias de Castro Rosângela de Araújo Fernandes Voner Miranda Martins

Projeto gráfico: Coordenadoria de Produção Gráfica e Visual - COPGRA